

Representações Sociais, Polícia e Violência: um Estudo Sobre a Violência Policial *

Marcos Santana de Souza

Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000 São Cristóvão-SE, Brasil

mss-santana@hotmail.com

(Recebido em 30 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)

O objetivo fundamental desta pesquisa é analisar as representações sociais dos policiais militares de Sergipe sobre violência policial. Neste sentido, este estudo estabelece um quadro comparativo com o contexto da década de 1980, visando constatar se os signos que outrora validavam o emprego da violência ainda estão presentes nos discursos dos agentes policiais. A articulação das representações sociais com as suas condições sociais objetivas de classe como: origem, escolaridade, renda, consumo, espaço residencial e de sociabilidade é parte do percurso metodológico deste trabalho, que faz uso de questionários e entrevistas com o intuito de explicar a dinâmica de distinção de classe implícita no exercício da violência pelos policiais.

Palavras-chave: Polícia; Violência; Representações Sociais; Poder

The fundamental objective of this research is analyzes the social representations of the Sergipe military polices about police violence. Therefore, this study establishes a comparison with the 1980' context, it aim to verifies if the signs that validated the use of the violence are still presents in polices' discourses. The articulating of the social representations with their objectives social conditions of the class as: origin, scholar, rent, consumption, residential and social space is part of the methodological way of this research that uses questionnaires and interviews with intention of the explain the class distinction dynamic in the exercise of the violence for polices

Keywords: Police; Violence; Social Representations; Power

1. O OBJETO E AS MOTIVAÇÕES

“Admitir que a democracia fez evoluir a experiência da igualdade não implica negar a existência de desigualdades substantivas, em particular desigualdades de renda, que se mantêm. Não se trata de apostar na igualdade contra a desigualdade, mas de levar em conta os efeitos da igualdade de condições sobre a consciência coletiva, o que requer se tome em consideração certas mudanças históricas” (Angelina Peralva, 2000, p. 33).

Desde fins da década de 1970, momento que assinalou no Brasil o início dos movimentos para seu retorno ao modelo democrático, a violência alcançou níveis alarmantes, sobretudo com o crescimento destacado do número de homicídios, especificamente os chamados “crimes de sangue” (PERALVA, 2000, p. 17). Desde essa fase, o recrudescimento da violência no País, intensificado nas décadas seguintes, tem favorecido a multiplicação de estudos relacionados às diferentes faces da violência no País, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais.

Presente de forma intensa, principalmente no cotidiano das grandes e médias cidades, a violência interfere de modo substancial na vida dos indivíduos. Ela determina mudanças nos comportamentos, nas próprias relações entre as pessoas, configurando novos códigos e formas de viver que conduzem um processo perigoso de banalização desse fenômeno pela sociedade. Conforme Maria Teresa Nobre (2004, p. 142), a violência “tem-se tornado um traço característico e distintivo da sociedade brasileira”.

De modo geral, a violência, ao longo do tempo, metamorfoseou-se; passou de um instrumento essencial na busca pela sobrevivência em contextos hostis para ser, em sociedades contemporâneas organizadas, o resultado da convivência entre os homens (ODALIA, 2004, p. 14).

É importante assinalar, contudo, que o termo violência, longe de ser consensual, engloba uma grande variedade de sentidos. Ao utilizarmos genericamente a expressão, referimo-nos não somente ao uso da força física ou coação psíquica capaz de causar danos físicos ou mentais por meio de um “arsenal” de instrumentos voltados, intencionalmente, para constranger e ferir a dignidade da vítima, na definição de Marilena Chauí (1997, p. 336-7), mas também àquilo a que Bourdieu (1999, p. 8) chamou de “violência simbólica”, mecanismo de legitimação de outras formas de violência e da constituição de uma “cultura da violência”, sustentáculo de todas elas.

Desse modo, é possível afirmar que a violência é estruturada/estruturante na sociedade e, ao mesmo tempo, serve de base para as relações sociais. Ela aparece como elemento construtivo e inerente ao comportamento dos indivíduos, sendo considerado um aspecto “normal” da sociedade, dos seus interesses e conflitos, ambos fundados no aumento da desigualdade entre os sujeitos sociais.

Para Jovchelovitch (1998, p.80-81), explorar a influência exercida pelas representações sociais na sociedade pressupõe compreender o sistema de diferenças que marcam essas representações e os significados que elas exercem no tecido social. As representações sociais revelam os interesses e conflitos próprios da sociedade onde elas foram geradas, por isso traduzem identidades, afetos e projetos diversos. É do saber que os sujeitos fazem de si mesmos, do seu contexto e dos *outros* que as representações surgem como um sistema de saberes que assinala a identidade de um grupo, sendo estas as ferramentas que os habilitam a enfrentar a realidade e se relacionar com o mundo repleto de símbolos e seus significados.

Enquanto “imagens sobre o real”, as representações sociais expressam as contradições experimentadas na vida social, sendo a reunião das idéias dos diferentes segmentos da sociedade e, logo, local “tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo”. Deste modo, as representações são um excelente objeto para investigações no campo das Ciências Sociais (MINAYO, 1995, p. 108-109).

Neste sentido, o objetivo basilar deste projeto é analisar as representações sociais que integrantes da Polícia Militar de Sergipe fazem sobre a violência policial na atualidade.

Segundo Bourdieu (1974), a violência simbólica atua no sentido de “naturalizar”, através das instituições, as representações sociais dominantes. Essas idéias predominantes são formuladas e difundidas pelos agentes da dominação, sobretudo pelas instituições escolares, com o objetivo de reforçar a autoridade e o domínio dos grupos ligados ao poder. Por sua vez, Bourdieu (1989, p. 188) explica que o poder simbólico é um tipo de poder conferido pelo sujeito “dominado” àquele que o exerce, ou seja, “é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”.

Pretende-se compreender quais os elementos mais presentes nas representações desses policiais sobre a prática violenta de seus pares, tendo como referência um modelo conhecido de atuação da década de 1980. Para isso, busca-se estabelecer um quadro comparativo com a realidade dos anos 1980, com o fim de verificar se os signos que legitimavam o emprego desse tipo de violência, outrora amparados na Doutrina de Segurança Nacional, ainda permanecem vivos em seus discursos. Constitui-se escopo verificar, a partir da análise das representações sociais dos policiais contemporâneos, até que ponto a ampliação das liberdades civis colaborou para a reformulação das representações sobre violência, principalmente quando o seu aumento, aliado ao crescimento da desigualdade social, legitima a permanência de práticas arbitrárias que têm como modelo os anos oitenta, signo de um dos momentos da história mais importantes e complexos na dinâmica da redemocratização política do País.

Na experiência histórica do Brasil, a década de 1980 foi marcada pela consolidação da transição democrática iniciada por Geisel, quarto general-presidente da ditadura, mais de uma década antes, no conhecido processo de transição “lenta, segura e gradual”. Segundo Ronaldo Costa Couto (1999, p. 445), vários dos argumentos que mantinham o regime autoritário haviam desaparecido ou se mostravam inconsistentes nessa fase. Entre eles: a luta armada, a ameaça comunista, o milagre econômico brasileiro – diante da crise internacional do preço do petróleo. Além disso, pressões tanto internas como externas exigiam a volta à democracia.

Foi no ano de 1985 que o país efetivou essa trajetória com o retorno dos militares aos quartéis. Entretanto, se por um lado esse regresso favoreceu aos militares uma saída pacífica, “digna”, pela porta da frente do cenário político, por outro possibilitou a permanência de

práticas autoritárias, alicerçadas na doutrina de Segurança Nacional, que haviam marcado sua forma de agir nos anos 1970 por meio do terror e da tortura, como mecanismo de controle social e que explicam a posição das instituições policiais como ramo do monopólio formal da violência. De acordo com Tânia Kolker (2002, p. 39), “aparentemente voltado para eliminação física dos ‘subversivos’, todo este aparato visava, na verdade, à disseminação do medo, à imobilização e ao silenciamento de toda a sociedade”.

Operou-se, conseqüentemente, nesse tempo, a passagem da ideologia de segurança nacional para a ideologia da segurança urbana, num processo intenso de criminalização das camadas sociais mais pobres, consideradas alvos em potencial dos aparelhos policiais e, mais especificamente, dos esquadrões da morte localizados no interior destes. Assim, não era mais conveniente combater os “subversivos”, os chamados inimigos internos do regime, mas lutar contra os criminosos mais diversos: pobres, negros, favelados, genericamente tidos como traficantes, os “inimigos sociais”, como esclarece Cecília Coimbra (2001, p.140).

Por sinal, nos anos 80 do século XX, tornar-se-iam conhecidas as ações policiais mais brutais praticadas por grupos ligados às polícias estaduais. Nacionalmente, um caso emblemático é o da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), responsável pela morte de várias pessoas no estado de São Paulo.

Em terras sergipanas, foi possível perceber atuações semelhantes através de um grupo de extermínio, constituído no interior da Polícia Militar e setores ligados à Secretaria de Segurança Pública conhecido como “A missão”. Esse grupo levaria a cabo uma prática repressiva de “higienização” fundamentada na “ideologia da limpeza” direcionado para o combate aos ladrões de gado, que “dominavam” o estado no segundo governo do então governador João Alves Filho, já na transição dos anos 80 para a década de 1990.

Para além das “coincidências” que marcam a história, é importante destacar, segundo José Fernando Silva (2004, p. 56), que o uso indiscriminado dessas práticas se embasa em uma “... ‘ética’ patriarcal, autoritária, violenta, ordeira e anti-revolucionária” que atravessa a história do Brasil e parece calar no âmago social. Destarte, Nobre (2004, p. 164-165) afirma que o povo brasileiro tem um convívio histórico com a violência, que está, para a autora:

profundamente incorporada (no sentido das práticas corporais) na estrutura social e na subjetividade das pessoas, que se reproduz de modo naturalizado e banal nas relações sociais, sejam elas políticas, institucionais, afetivas, familiares, ou seja, ela está inscrita em nossos corpos (...) e nas estruturas sociais objetivas...

Essa análise pode ser exemplificada a partir das considerações de diversas pessoas pertencentes aos mais diferentes segmentos sociais que legitimam ações reconhecidamente violentas por parte da Polícia. Isso demonstra que, além de muito tolerante com a violência, a sociedade, repetidas vezes, clama por ações arbitrárias dos aparelhos policiais e as têm como arquétipos de policiamento, pois para ela um tratamento humano pela polícia só deve ser utilizado para com os “cidadãos de bem”, os chamados “humanos direitos”. Assim, cabe à Polícia, enquanto braço do monopólio da violência, exercer a tarefa de disciplinar e conter a ação desses grupos que fogem à ordem. Por sua vez, estratos da população igualmente vulneráveis à ação violenta das forças da repressão são levados a concordar com o uso da violência quando o alvo é um outro mais ‘desqualificado’ ou estigmatizado. É como se, apavorados com a sua proximidade com o estrato mais marginalizado da população, usassem esse tipo de estratégia como forma de diferenciação (KOLKER, 2002, p. 91).

Muitas vezes oriundos desses estratos marginalizados ou trabalhando em áreas carentes de serviços públicos básicos, os policiais se deparam constantemente com o “dever” de agir contra membros dessas localidades, alvos do “esquecimento” do poder público, e marcam, não raras vezes, sua atuação com cenas brutais de violência que traduzem o não reconhecimento, por parte dos agentes policiais, da humanidade dos indivíduos habitantes desses espaços sociais.

Destarte, nossa preocupação está centrada no objetivo de responder aos seguintes questionamentos: sobre quais bases a violência policial está assentada em Sergipe? Os policiais obedecem à “lógica” de diferenciação?

Esses sujeitos passam a se reconhecer e atuam como agentes do Estado e não como sujeitos sociais também vítimas da marginalização. Passam assim a celebrar formas violentas de agir, como é o caso da maioria das referências positivas colhidas sobre o comando do coronel João Barreto Mota na PMSE nos anos 1980. O que denota que a prática violenta atua como estratégia de distinção para que o policial membro de classe popular negue o estigma potencial direcionado a esse tipo de segmento, produzindo representações e práticas repressivas que afirmem ser ele “diferente” daqueles sobre os quais sua ação é voltada. Do mesmo modo, compreende que sua ação atua com o propósito de barrar uma violência maior, para ele não-justificada, por parte do “delinqüente”.

Neste sentido, Andréa Depieri (2004, p. 114) explica que os segmentos mais visados pelos aparelhos policiais são aqueles encontrados fora da chamada comunidade moral e contra os quais grande parte da população delibera o emprego da violência policial arbitrária, o que colabora para instituí-la como modelo.

Assim, pretende-se com este trabalho contribuir para o entendimento das representações sociais sobre a violência policial por meio da fala dos próprios agentes policiais. Assim, a pesquisa atuará no sentido de perceber as estratégias de distinção presentes nos discursos dos policiais militares sergipanos identificando os elementos sobre os quais a violência está lastreada. Constitui objetivo principal de nosso trabalho analisar as representações sociais dos policiais militares contemporâneos sobre violência policial em Sergipe, a fim de perceber a relação existente entre essas representações, enquanto mecanismo de distinção, e o modelo de atuação policial posto em prática na década de 1980.

Visamos ainda evidenciar, através do recolhimento e da análise da palavra dos policiais, suas representações sobre violência, sobre os sujeitos sociais violentos e sobre o papel da Polícia no enfrentamento à violência no espaço onde eles atuam. Essa opção é necessária na medida em que pretendemos perceber até que ponto o conteúdo das representações sobre violência e atuação policial exprimem, no universo simbólico dos policiais, a dinâmica de distinção de classes.

Um exemplo interessante, está na referência constante ao trabalho do coronel João Barreto Mota foi comandante da PMSE entre 16 de junho de 1983 e 14 de fevereiro de 1986, ficando conhecido por uma política de segurança “implacável” contra a violência no estado. O sr. Euclides Santos (pseudônimo), 68 anos, pai de um policial militar da ativa, ao falar sobre o ex-comandante destaca, de maneira elogiosa e saudosista, que com ele “naquela época não existia esse monte de vagabundo. Ele trabalhava direito com gente de bem, mas vagabundo não se criava com ele. Atuava com honestidade”. Para o sr. Carlos (pseudônimo), 41 anos, tenente do serviço ativo da Polícia Militar de Sergipe, o Coronel Barreto Mota representa um marco na história da PMSE e uma referência positiva de atuação contra a “violência” e o “combate” à “criminalidade”. De acordo com o Tenente Carlos, o Coronel

tinha um método de ação eficiente que era o seguinte: a Polícia pegava, por exemplo, um ‘mala’ com maconha então a polícia ‘descia a madeira’ nele para que ele entregasse o dono da maconha, quem fornecia. Depois que ele abria a boca era só dizer para os malandros mais perigosos, aqueles até que a própria Polícia tinha medo, então o sujeito ficava com fama de dedoduro. Aí eles mesmos tratavam de dar um fim nele. Era só jogar uns contra os outros. Eles mesmo (sic) se acabavam. (...) Naquele tempo a marginalidade era menor porque eles se encarregavam de se destruir. (Entrevistas concedidas ao autor em outubro de 2005).

Desse modo, entendemos ser pertinente compreender, historicamente, o cenário de violência policial vivido pela sociedade sergipana nos anos 80 do século XX, identificando os meios de atuação da Polícia Militar nesse período, a fim de reconstruir o seu modelo de trabalho. Identificar os agentes sociais e políticos que estiveram mais envolvidos com as questões relacionadas à violência policial no estado, a fim de compreender a influência que estes, e suas representações sociais sobre violência, exerceram na formulação e implantação de políticas na área de segurança pública em Sergipe nessa fase.

2. O CENÁRIO E AS POSSIBILIDADES

A consolidação do sistema democrático no Brasil, após mais de vinte anos de ditadura militar e cinco generais-presidentes, representou, segundo Paulo Sérgio da Costa Neves (2002, p. 19), maiores oportunidades para atuação dos grupos sociais e a exposição pública de suas demandas. No entanto, destaca o autor, essa mesma realidade pós-ditatorial não conseguiu ultrapassar as barreiras autoritárias ainda presentes em algumas instituições públicas, destacadamente as polícias.

Neste sentido, muitos estudos têm surgido nas Ciências Sociais tendo como foco de análise a relação polícia e direitos humanos. Esses trabalhos têm trazido debates importantes sobre a necessidade de resgate da função policial e da assimilação, por parte dos diferentes setores sociais, de um discurso que defenda uma igualdade de acesso a todos os direitos.

No plano local, entretanto, não se tem conhecimento de trabalhos que tenham relacionado a temática da violência policial e as representações sociais sobre essa mesma violência dos anos 1980. Fato que torna o presente trabalho necessário, haja vista a ausência de uma análise sistemática sobre o assunto e por se revelarem as representações sociais “matéria-prima para a análise do social e também para uma ação pedagógicopolítica de transformação” (MINAYO, 1995, p. 110).

Assinala Maria Cecília Minayo que representações sociais é um termo filosófico cuja acepção corresponde “a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (1995, 89). Por sua vez, ao conceituar as representações sociais, Sandra Jovchelovitch afirma que elas “são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente” (1995, p. 81).

Desse modo, nossa perspectiva é desenvolver um trabalho de caráter empíricoteórico voltado para a compreensão das representações sociais dos policiais militares sergipanos sobre a sua própria violência, identificando as “razões” que para eles justificam o emprego da violência sobre determinados tipos sociais.

Em relação aos trabalhos que podem nos fornecer elementos importantes, destacamos: *Operação Rio – o mito das classes perigosas*, de autoria de Cecília Coimbra. Nele, a autora analisa a violência urbana a partir dos discursos da imprensa escrita sobre segurança pública, mostrando como “as mais variadas falas sobre a segurança pública (...) têm sido poderosos meios de forjar certos modos de sentir, pensar, perceber e agir” (2001, p. 17) e como esses discursos ainda são norteados pelos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, agindo no sentido de naturalizar diferentes violências.

Outra contribuição bastante relevante é o livro: “*Justiçeiros*” e *Violência Urbana*, de José Fernando Siqueira da Silva, que traz aspectos esclarecedores sobre as matrizes da violência no país e o papel dos justiçaes no processo de higienização social empreendido no Brasil com certa ênfase nas décadas finais do século XX.

No campo das representações sociais, enquanto referencial teórico para nosso estudo, são importantes os livros de Serge Moscovici, *Representações sociais – Investigações em psicologia social e Textos em representações sociais*, organizado por Pedrinho Gaureschi e Sandra Jovchelovitch, que reúne artigos acerca da dimensão teóricometodológica da teoria das representações sociais.

Moscovici, em *O fenômeno das representações sociais*, faz um percurso pela gênese da teoria, chamando a atenção para o exame dos aspectos simbólicos presentes nas relações entre os indivíduos, bem como dos espaços comuns em que habitam. São nesses comportamentos e lugares, segundo o autor, que as representações, engendradas em linguagem, valores e memórias comuns emergem (2003, p.105).

O citado teórico considera que as Representações Sociais permitem perceber a comunicação existente entre o individual e o coletivo. De acordo com Moscovici, o social apenas pode ser compreendido a partir da existência do sujeito, bem como o sujeito passa somente a existir no social. Existe, portanto, uma interação dialética entre essas duas esferas, onde o social atua na

elaboração das representações sociais dos indivíduos e estas mesmas representações interferem na elaboração das representações sociais do grupo do qual esses sujeitos fazem parte.

Ainda no que se refere à dimensão teórica, é imprescindível o texto de Sandra

Jovchelovitch (1995, p.65) sobre a relação intersubjetividade e espaço público. Nele a autora destaca que as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, “estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros”. É nesse tipo de espaço, segundo a autora, que a sociedade pode formular e apoiar saberes, ou seja, representações sobre ela mesma (p. 71).

Já Pierre Bourdieu, em *Economia das Trocas Simbólicas* (1974), ressalta a importância da palavra enquanto símbolo de comunicação, pois é através dela que o pensamento e suas manifestações (normas, valores, representações) são transmitidas em seus diferentes aspectos e de forma particular. Assim, a palavra, para Bourdieu, é o meio privilegiado de ação da violência simbólica.

Quanto ao marco temporal, este se refere à atualidade, tendo em vista que trabalharemos as representações sociais de policiais militares contemporâneos. Ao tempo, estudaremos a década de 1980, no sentido de encontrar o modelo de atuação policial sobre o qual incidem as representações. Em relação a esse último período, justifica-se por corresponder a um período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil, no qual entraram em choque ideais democráticos e autoritários. Período, conseqüentemente, de produção de muitas representações sociais sobre a violência.

Assim, pretende-se colaborar com este trabalho para a identificação das representações sociais dos policiais militares de hoje sobre violência e ação policial em Sergipe. Neste sentido, visamos comparar o conteúdo dessas representações ao modelo de segurança pública dos anos oitenta para compreender se tais representações exprimem os conteúdos repressivos de classe, formulados e difundidos naquela época, bem como procuramos relacionar as representações dos policiais à sua situação de classe com o fim de entender a violência e as representações sobre a mesma como formas de diferenciação construídas pelos policiais militares sergipanos.

3. O PERCURSO

Mary Jane Spink (1995), ao apresentar uma metodologia de análise para as representações sociais, enfatiza a necessidade de se relacionar as representações sociais com o contexto no qual elas foram produzidas. Essa opção metodológica, segunda ela, é mais adequada para se entender a dinâmica entre as representações e as condições sociais que a produziram. De acordo com a autora (1995, p.121), deve-se estudá-las “articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm”.

Desse modo, considerando as observações feitas por Wolfgang Wagner (1995, p. 157), nossa preocupação neste estudo se fixará no nível de avaliação social, o que, no entanto, não impede a articulação com uma avaliação de tipo individual, visto que articularemos representações coletivamente elaboradas como matérias e artigos de jornal com as representações individuais de sujeitos pertencentes à Polícia Militar de Sergipe.

Procuraremos ainda articular o contexto social da representação social a partir do recolhimento de dados sobre a condição social objetiva dos indivíduos policiais como: origem, escolaridade, renda, consumo, espaço residencial e espaços de sociabilidade. Alguns desses dados, principalmente os que falam sobre escolaridade, estão disponíveis na própria PMSE, a partir de uma espécie de censo realizado pela instituição.

Para Wagner (p. 173), optar por uma explicação do tipo social relacionada à representação implica localizar o contexto social no qual a representação social surgiu, bem como caracterizar e demonstrar claramente a relação estrutural entre ambas. Sobretudo porque “as representações e os comportamentos a elas associados permitem analisar por que eventos sociais ocorrem e como objetos sociais são construídos” (p. 181).

Assim, o material de pesquisa será constituído a partir de fontes escritas e orais pertinentes ao período e temática a serem estudados. Em relação às primeiras, são formadas a partir de periódicos da época, reconhecidamente os de maior circulação na capital Aracaju (*Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade*), atualmente parte do acervo do

Arquivo Público do Estado, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Biblioteca Pública Epifânio Dória. Tais veículos de comunicação serão importantes para reconstruir o modelo repressivo de ação policial nos anos 1980.

Quanto às fontes orais, destacamos a centralidade das entrevistas a serem realizadas com policiais militares de Sergipe, seja com aqueles que trabalharam durante a década de 1980 e ainda estão no serviço ativo da Corporação, ou com os que ingressaram mais recentemente na Instituição. Procederemos à pesquisa com o fim de relacionar os dados objetivos de classe dos policiais como: moradia, tempo de serviço, escolaridade, renda, espaço de sociabilidade, entre outros e as representações sociais formuladas pelos policiais.

Simultaneamente à coleta dessas fontes, procederemos à leitura de bibliografia nas áreas de violência e representações sociais, buscando contribuições em dissertações, monografias, livros e teses que trabalharam temáticas semelhantes à nossa e que podem ser encontrados em instituições como a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe e as anteriormente citadas.

Dessa forma, acreditamos que as referidas fontes, acompanhadas de uma oportuna crítica documental, irão nos fornecer elementos significativos para o pleno desenvolvimento de nosso estudo.

* Trabalho apresentado no II Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe.

1. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
2. _____. **La distinction: Critique sociale du jugement**. Paris: Les Editions de Minuit, 1979. (Le sens commun).
3. _____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa, Rio de Janeiro :
4. DIFEL, 1989. (Memória e Sociedade).
5. COUTO, Ronaldo Costa. **Historia indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
6. COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
7. GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. – (Biblioteca básica).
9. JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
10. KOLKER, Tânia. A tortura e o processo de democratização brasileiro. In: RAUTER, Cristina, PASSOS, Eduardo e BARROS, Regina Benevides de. (orgs.). **Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia, TeCora. Rio de Janeiro, 2002.
11. _____. Tortura nas prisões e produção de subjetividade. In: **Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. Instituto Franco Basaglia, TeCora. Rio de Janeiro, 2002.
12. MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (I – Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ª edição. Hucitec, São Paulo, 1999.
13. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs) **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
14. MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
15. NEVES, Paulo Sergio da Costa e PASSOS, Gleise da Rocha. Policia e direitos humanos: embates e interações. In: NEVES, Paulo Sergio da Costa. RIQUE, Célia D. G. e FREITAS, Fabio F. B. (orgs.) **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.
16. NOBRE, Maria Teresa e PINHEIRO, Frederico Leão. Superando a dicotomia sociedade x policial militar: relato de uma experiência. In: NEVES, Paulo Sergio da Costa. RIQUE, Célia D. G. e

- FREITAS, Fabio F. B. (orgs.) **Polícia e Democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.
17. _____. Violência e cotidiano: com o que, afinal, e preciso indignar-se? In: MENDONCA FILHO, Manoel (org.) **Educação, violência e polícia**: direitos humanos? Aracaju: Ed. UFS; Salvador: EDUFBA, 2004.
 18. ODALIA, Nilo. **O que e violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos).
 19. PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
 20. REGINATO, Andréa Depieri de Albuquerque. Educação em direitos humanos e polícia:
 21. pensando novas perspectivas. In: MENDONCA FILHO, Manoel (org.) **Educação, violência e polícia**: direitos humanos? Aracaju: Ed. UFS; Salvador: EDUFBA, 2004.
 22. _____. O (sub)sistema de segurança pública: práxis e perspectivas. In: NEVES, Paulo Sergio da Costa. RIQUE, Célia D. G. e FREITAS, Fabio F. B. (orgs.) **Polícia e Democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.
 23. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na posmodernidade. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
 24. SILVA, José Fernando Siqueira da. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.
 25. SPINK, Mary Jane. Desvendando teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs) **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
 26. TOSI, Giuseppe e SILVA, Marlene Helena Oliveira. Por que punir? Qual punição? Que segurança pública? In: NEVES, Paulo Sergio da Costa. RIQUE, Célia D. G. e FREITAS, Fabio F. B. (orgs.) **Polícia e Democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.
 27. WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs) **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.